

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL EM MACEIÓ: DISCUSSÕES SOBRE DIVERSIDADES E IDENTIDADES, PARA ALÉM DA BNCC

Lara Patrícia Martiniano Araújo¹
Valéria Campos Cavalcante²
Eryka Karollyna Leite dos Santos³
Maria Vitória Ferreira Silva⁴
Anderson Silva Santos⁵

RESUMO

Este trabalho traz o recorte de uma pesquisa realizada nos anos de 2020 e 2021, em escolas das redes públicas municipais de Alagoas, tendo como foco neste artigo a análise do Projeto Político Pedagógico de uma escola do município de Maceió. Essa investigação teve como objetivo primordial analisar a maneira a escola investigada está considerando as Diversidades e Identidades no Projeto Político Pedagógico, superando as limitações das prescrições da BNCC. Diante dessa problemática, apoiamos-nos em uma abordagem de pesquisa qualitativa (ANDRÉ e LUDKE; 1986), procedendo a análise por meio da técnica metodológica de análise documental dos PPPs das escolas públicas. Nos fundamentamos em pesquisadores como: Candau (2008), Freire (1996), Libâneo (2006), Macedo (2018), Silva (2005), Vasconcellos (2012), Veiga (2007). Ao analisarmos documentos aqui explicitadas ficou evidenciado que a escola em questão considera, em seu Projeto Político Pedagógico, as Diversidades e Identidades, discorrendo sobre as realidades dos alunos e a culturas.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Escola pública, Identidades e diversidades, BNCC.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa, traz como objetivo analisar até que ponto os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas públicas de Alagoas conseguem garantir oficialmente uma educação focada nas discussões sobre Diversidade e Identitárias, para além da BNCC (2018). Como recorte, considerando

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, araujo.lara.ma@gmail.com;

² Doutora e mestra em Educação, Especialista em Formação de Professores e Educação de Jovens e Adultos, Pedagogia, Licenciada em Letras e Pedagogia, Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas, vccavalcante1@hotmail.com;

³ Graduanda de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, eryka.santos@cedu.ufal.br;

⁴ Graduanda de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, victoriaferreira74@hotmail.com;

⁵ Mestrando em Educação - Programa de Pós graduação em Educação (PPGED/UFS) - santos.andersonsilva.02@gmail.com

minha atuação como colaboradora, tomamos como referência para análise o PPP de uma escola localizada no município de Maceió.

Partindo da ideia de que a escola tem um papel relevante junto aos estudantes, como formadora de Identidades e acreditando, portanto, que as relações sócio-culturais devem ser discutidas nas escolas públicas, oficializando em seus planejamentos e efetivando-os em sala de aula, para que se consiga avançar relação entre o que é idealizado como saberes e como sociedade/cultura.

Para que isso ocorra, o Projeto Político pedagógico das escolas deve ser construído num ambiente escolar democrático libertador, em que estejam presentes as Diversidades dos estudantes e da comunidade escolar, assim como suas Identidades, para que haja a pronúncia e escuta de todos, incluindo-os e possibilitando que suas vivências e experiências sejam visibilizadas no PPP, sendo o plano global da instituição, (VASCONCELLOS, 2012, p. 169).

Dessa forma, as escolas devem expor em seus planejamentos e PPPs as Identidades dos educandos e educadores, de modo que oportunizem práticas curriculares emancipatórias, baseada nos saberes e narrativas dos estudantes, objetivando uma ação pedagógica não-excludente.

Ademais, com a finalidade de aproximação com o tema e fundamentação teórica sobre as discussões identitárias, o texto foi fundamentado de acordo com os temas: Currículo e Projeto Político Pedagógico com os autores Libâneo (2006), Silva (2005), Veiga (2007) e Vasconcellos (2012); também estudados temas como Identidades e Diversidades na Escola e BNCC, com os autores Macedo (2018), Candau e Moreira (2008) e documentos oficiais sobre o assunto.

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui uma metodologia de abordagem qualitativa, baseado em análise documental e análise bibliográfica, concordando que qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37), objetivando a análise dos componentes do planejamento escolar, principalmente dos PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) das escolas.

Entende-se a análise documental como um recurso que permite identificar informações em documentos a partir de questões ou hipóteses anteriormente estabelecidas (LUDWIG, 2012), ademais, as análises bibliográficas são de relevância fundamental para conduzir a pesquisa, uma vez que tal análise sucede a pesquisa de forma que a oriente no processo investigativo, objetivando resultados com bases teóricas confiáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entendendo currículo como toda a ação educativa que acontece dentro do ambiente escolar, defendendo a definição de que “o currículo é a concretização, a viabilização das intenções e das orientações expressas no projeto pedagógico” (LIBÂNEO, 2006, p. 362) e concordando com Silva (2005), que considera o currículo pós-crítico como multiculturalista crítico, para além do discurso e da tolerância, dizendo que

Um currículo inspirado nessa concepção [multiculturalista crítico] não se limitaria a ela, pois, a ensinar a tolerância e o respeito, por mais desejável que isso possa parecer, mas insistiria, em vez disso, numa análise dos processos pelos quais as diferenças são produzidas através de relações de assimetria e desigualdade. Num currículo multiculturalista crítico, a diferença, mais do que tolerada, é colocada permanentemente em questão (p. 88-89).

Dessa forma, entendendo que as diferenças são construídas socialmente e que, subjacentes a elas, se encontram relações de poder. O processo da produção da diferença é um processo social, não algo natural ou inevitável (CANDAUI, 2008, p. 44). Logo, a intenção na ação pedagógica deve, pois, estar disposta no planejamento construído pelos educadores e funcionários da escola nos documentos oficiais, principalmente no PPP (Projeto Político Pedagógico).

Antes de expor as perspectivas sobre PPP, é fundamental compreender o significado do planejamento. Nesta pesquisa, seguimos o conceito de planejamento descrita por Libâneo (2006), quando afirma que:

O planejamento consiste em ações e procedimentos para a tomada de decisões a respeito de objetivos e de atividades a ser realizadas em razão destes objetivos. É um processo de conhecimento e de análise da realidade escolar em suas condições concretas, tendo em vista a elaboração de um plano ou projeto para a instituição (p. 345).

Dentro deste contexto, o planejamento das escolas e professores devem ter os estudantes como protagonistas, é necessário tenham o sentimento de pertencimento sobre o ambiente escolar, assim as ações pedagógicas planejadas devem considerar as realidades e vivências dos educandos.

A escola deve, portanto, trazer as diferenças, as Diversidades e Identidades desses sujeitos para o planejamento escolar, sabendo que “afirmações sobre a identidade, envolvem afirmações, não explicitadas, sobre outras identidades diferentes da nossa. Ou seja, a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade” (CANDAU, 2008, p. 43).

Entende-se ainda que o principal planejamento da escola, se configura no PPP (Projeto Político Pedagógico), é portanto o grande norteador das ações da escola, não deve ser portanto definitivo, pelo motivo de que a escola acompanha as mudanças sociais e que o corpo discente também muda, logo, os objetivos e necessidades da escola modificam-se. pois “ele [PPP] precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, seja eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local. É, portanto, fruto de reflexão e investigação” (VEIGA, 1998, p. 9).

Assim sendo, na construção de um PPP devem ser indicados intenções e objetivos da escola, estabelecendo por qual concepção de currículo a escola está sendo orientada. Na perspectiva de currículo pós-crítica, entendendo o multiculturalismo como crítico (SILVA, 2005, p. 88), a escola é configurada como um espaço democrático e de constantes indagações acerca de suas diferenças, caracterizando a escola como um de pronúncia e de escuta.

Desde a implantação da BNCC (2018), como currículo formal no Brasil, as escolas públicas foram orientadas a implementar este documento em seus PPPs. Apesar de ser considerada como perspectiva curricular escolar, por alguns educadores, Macedo (2018, p. 29) afirma que BNCC não é currículo, pois reduz a uma matriz curricular, aproximando-se da teoria curricular tradicional (SILVA, 2005):

A tarefa especialista em currículo consistia, pois, em fazer o levantamento dessas habilidades, desenvolver currículos que permitissem que essas habilidades fossem desenvolvidas e, finalmente, planejar e elaborar instrumentos de medição que possibilitassem dizer com precisão se elas realmente foram aprendidas (p. 23-24).

Há muitas semelhanças entre a BNCC e o currículo tradicional (SILVA, 2005) podendo ser destacados: o protagonismo meritocrático, responsabilizando-o pelo seu sucesso e seu fracasso; e a avaliação, a indicação é que seja realizada com a finalidade de investigar qual habilidade e competência o aluno não está ou não desenvolvendo. Da mesma forma, constata-se que na BNCC há invisibilidades das Diversidades e Identidades dos alunos, sendo assim, o currículo que a BNCC prescreve considera que todas as escolas são capazes de desenvolver em seus currículos os mesmos conteúdos, em todo o território nacional – desrespeitando as especificidades de cada escola, objetivando a adaptação dos educandos a um padrão, propositando a construção de uma identidade única, para um aluno universal, homogeneizando e centralizando conhecimento.

É notório que a BNCC (2018), como proposta para o Brasil inteiro, torna-se um documento limitado, com muitas fragilidades, uma vez que a [...] BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da educação básica” (MACEDO, 2018, p. 29 *apud* MEC, 2017, p.16), o que caracteriza o currículo escolar com currículo em ação.

Além disso, o documento traduz um único modelo de aluno que possui uma determinada classe social, possuidor de conhecimentos inclusive sobre as tecnologias digitais, como protagonistas da cultura digital, para além do consumo (BRASIL, 2018, p. 61).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, é relevante acentuar que a referida pesquisa aconteceu durante o atual período pandêmico, causado pelo COVID-19, logo, é sabido que a educação está acontecendo de maneira remota/on-line, ou seja, estão ocorrendo de forma não-presencial. E pela portaria nº 69, de 17 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial do município de Maceió, em 20 de abril de 2020, orientando o teletrabalho, durante o cenário pandêmico, em toda a rede de ensino do município, inclusive as atividades sobre planejamento do PPP e as atividades pedagógicas.

Dados esses esclarecimentos, acreditando que interferem nos resultados da pesquisa, segue a discussão sobre o tema proposto.

Projeto Político Pedagógico e o currículo escolar de uma escola investigada: preso ou para além da BNCC?

O Projeto Político Pedagógico investigado é de uma escola pública municipal: Escola de Ensino Fundamental Arnon Afonso Farias de Melo, localizada no município de Maceió. Analisando o PPP desta escola, que está datado no ano de 2020, atualizado de acordo com as demandas do período pandêmico, orientado pela portaria nº 69, de 17 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial do município de Maceió, em 20 de abril de 2020, e incluindo a BNCC (2018).

Primeiramente, é importante destacar que, considerando o contexto pandêmico, assim como as aulas, os planejamentos foram realizados de forma remota, incluindo o Projeto Político Pedagógico investigado. O processo de construção desse documento foi também registrado oficialmente:

Inicialmente realizou-se uma análise dialogada em três momentos no horário de trabalho de planejamento coletivo - HTPC-online. Nesses momentos foram discutidos, com os professores do 6º ao 9º ano e da EJAI, direção geral, vice-direção, assistente social, a coordenadora pedagógica do 1º ao 5º ano e a coordenadora pedagógica do 6º ao 9º ano e da EJA, cada item do questionário de cada segmento. Posteriormente, cada questionário seria colocado nas mídias sociais (perfil da escola no Facebook e Instagram, além dos grupos de Whatsapp) com o intuito de obter as respostas do maior número possível de pessoas. E, assim, traçar o perfil da comunidade, dos estudantes, dos docentes; bem como definir os instrumentos avaliativos, as competências socioemocionais e a maneira de serem trabalhadas, semana de provas, missão, visão e demais estratégias importantes para construção de uma unidade no trabalho pedagógico desta escola (ESCOLA - ARNON AFONSO FARIAS DE MELO, 2020, p. 3).

Logo, evidentemente, mesmo a escola estando em distanciamento social, houve a preocupação de averiguar a realidade da escola, comunidade e estudantes, seguindo as orientações, já expostas pelos autores como Vasconcellos (2012), Libâneo (2006) e Veiga (1998) defendendo um PPP participativo, democrático e inclusivo, investigando as Diversidades e Identidades dos que fazem parte da escola, como expressam:

Nela, desenvolve-se um trabalho escolar coletivo e solidário, responsável pela formação dos sujeitos e, dessa forma, não pode isolar-se do contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida. Essa realidade exige uma preocupação com essa formação, de modo que estes sujeitos sejam capazes de compreender e intervir no seu cotidiano (Ensino Fundamental Arnon Afonso Farias de Melo, 2020, p. 3).

A escola fundamentou em legislações como a LDB (lei nº 9.394/96), o ECA (Lei nº 8069/90) e também inseriu a BNCC (2018) no documento, destacando modalidades de ensino como a EJA e a educação popular e as especificidades dessas

modalidades, recorrendo, inclusive, a outros referenciais de currículo no sistema educacional ao qual está submetida:

Considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma política pública de estado que estabelece os direitos de todos os estudantes brasileiros de aprender as mesmas habilidades e competências ao longo da sua vida escolar. Nas Orientações Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos e Idosos (2018) que tem como marco referencial a Educação Popular e no Referencial Curricular para o Ensino Fundamental (RCEF) da Rede Pública Municipal de Maceió (2020) que tem como objetivo melhorar o quadro da educação e de instituir padrões básicos de aprendizagem e de ensino em todas as escolas integrantes da Rede Municipal (Ensino Fundamental Arnon Afonso Farias de Melo, 2020, p. 7).

Dessa forma, é notório que a escola inclui a BNCC (2018) no planejamento do PPP, porém não ficou presa a ele, considerando como papel da escola a educação integral do ser humano, em todos aspectos, incluindo o aspecto cultural, como exposto também neste trecho:

O currículo, entendido como um caminho, uma trajetória, uma ação construída coletivamente, de acordo com cada realidade escolar, tem uma função socializadora e cultural, assegurando que seus membros adquiram a experiência social historicamente acumulada e culturalmente organizada. (Ensino Fundamental Arnon Afonso Farias de Melo, 2020, p. 7).

Além disso, a escola se pronuncia sobre como esse currículo, perante a BNCC (2018) é entendido, estendendo-se até até as Diversidades e Identidades dos sujeitos, que os alunos e todos os que fazem o ambiente escolar são plurais, colocando como objetivo uma educação interdisciplinar:

Esta Escola tem a missão de educar o aluno de forma integral nas suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural. Na estruturação do seu currículo, leva em consideração os temas contemporâneos transversais dispostos na BNCC, que afetam a vida humana em escala local, regional e global: Meio Ambiente, Cidadania, Multiculturalismo, Saúde, Cidadania e Civismo, Economia e Ciência e Tecnologia estes, serão trabalhados em forma de projetos, mensalmente (Ensino Fundamental Arnon Afonso Farias de Melo, 2020, p. 7).

Essa perspectiva de currículo defendida pela escola se aproxima da teoria do currículo por crítico (SILVA, 2005), já explanado neste texto, em suas características principais: compreensão dos aspectos da escola multicultural, relações de poder definidas pelo saber (conhecimento), Identidades e diferenças e subjetividades. Ademais, entende que a escola oportuniza, de forma organizada, que seja um ambiente de construção coletiva e apropriação do conhecimento histórico-cultural:

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013), uma das maneiras de se conceber o currículo é entendê-lo como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. Nessa perspectiva, currículo é sempre uma construção social, uma prática que promove o compromisso com os sujeitos, com a história, com a sociedade e com a cultura (Ensino Fundamental Arnon Afonso Farias de Melo, 2020, p. 17).

Percebe-se que o PPP desta escola não está preso à BNCC (2018), indo além dela, pois discute as Diversidades nas várias dimensões humanas, como os aspectos econômicos, sociais e culturais dos educandos, aproximando-se da teoria pós-crítica do currículo (SILVA, 2005). Ademais, o currículo percebido no PPP desta escola é orientado também pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e não somente pela BNCC (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória importância de a escola, em seus planejamentos e documentos oficiais, como o Projeto Político Pedagógico, compreender o sentido destes e também dos componentes educativos que fazem parte dele, como o currículo escolar, foco de análise desta pesquisa, corroborando para que, quando os profissionais da educação fizerem seus estudos sobre a BNCC (2018), e demais documentos norteadores oficiais, tenham referências sobre currículo e planejamento, possibilitando pareceres críticos sobre eles.

Objetivando a escola uma educação que emancipe o aluno e construa nele o sentimento de pertencimento no ambiente escolar, é necessário que o PPP seja uma construção coletiva e que tanto sua implantação como a sua implementação ocorram de forma que haja pronúncia e escuta da comunidade a qual a escola pertence, logo, para que isso ocorra, é necessário que a escola esteja para além da BNCC (2018), visibilizando os diversos e suas especificidades.

Ao analisarmos o PPP de uma escola de Maceió, investigando se esse planejamento está preso ou indo além da BNCC, dando espaço às discussões sobre Diversidades e Identidades, é possível perceber foi além do orientado pela BNCC, focando no documento em questões Democráticas na gestão e na formação do aluno participativo e autônomo na sociedade, a Escola de Ensino Fundamental Arnon Afonso Farias de Melo em seus PPPs discorrere sobre as Identidades e as Diversidades dos estudantes, não ficando presos a prescrição da BNCC.

Diante de nossas análises, considerando a fundamentação aqui abordada, entende-se que os currículos devem abranger as Diversidades e Identidades dos estudantes, e que os educadores sejam conhecedores das diversas concepções de currículo escolar. Entendendo que falar sobre as concepções de currículo, é falar sobre qual caminho a escola irá percorrer. Dentro deste contexto, entende-se que os currículos e os PPPs devem estar em sintonia implementando ações que tragam reflexões e problematizem as Diversidades e Identidades dos estudantes, aproximando-se da teoria pós-críticas do currículo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A.; LUDKE, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 8.ed. São Paulo: E.P.U, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

CANDAU, Vera Maria (org.); MOREIRA, Antônio Flávio. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERHARDT, Tatiana Engel (Org.). SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. SANTOS, 2014.

MACEDO, Elizabeth. “A base é a base”. E o currículo o que é?. *In*: AGUIAR, Márcia Angela da S. (org.); DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. Portaria n°. 069, de 17 de abril de 2020. **Orienta o teletrabalho na rede pública municipal de ensino de Maceió, em todas as diretorias, coordenadorias e unidades de ensino da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, como parte das medidas preventivas à disseminação do Coronavírus (COVID-19), durante o período de isolamento social.** Maceió, Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió, ANO XXIII, n° 5943, p. 5, 20 de Abril de 2020.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes curriculares para o ensino fundamental.** Maceió, 2014.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Referencial Curricular de Maceió para a Educação Fundamental.** Maceió, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento: projeto de ensino- aprendizagem e P.P.P.** 12 ed. São Paulo: Libertad, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14 ed. Papirus, 2007.